

**Relações étnico-raciais na formação em Arquivologia: uma análise dos projetos pedagógicos e da perspectiva docente<sup>1</sup>**

***Ethnic-racial relations in Archival education: an analysis of pedagogical course projects and faculty perspectives***

***Relaciones étnico-raciales en la formación en Archivística: un análisis de los proyectos pedagógicos y de la perspectiva docente***

**Renata Lira Furtado**

Universidade Federal do Pará, Brasil

renatalira@ufpa.br

<https://orcid.org/0000-0001-5428-2451>

**Erinaldo Dias Valério**

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

erinaldo.dias@ufpe.br

<https://orcid.org/0000-0002-6553-3778>

**Submetido em: 31 de janeiro de 2026**

**Aceito em: 4 de maio de 2026**

**Publicado em: 12 de junho de 2026**

**Licença:**



**Como citar este artigo:**

FURTADO, Renata Lira; VALÉRIO, Erinaldo Dias. Relações étnico-raciais na formação em Arquivologia: uma análise dos projetos pedagógicos e da perspectiva docente. **REBECIN**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1-29. 2026. DOI: <http://doi.org/10.24208/rebecin.v13.477>

---

<sup>1</sup> Versão ampliada de comunicação submetida, avaliada, aprovada, apresentada e premiada no VI Encontro Regional de Educação, Ciência e Informação (VI ERECIN).

## RESUMO

O artigo objetivou analisar a inserção das relações étnico-raciais na formação em Arquivologia, a partir da análise dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, ofertados por universidades públicas brasileiras e da perspectiva de docentes que atuam nesses cursos, com vistas a refletir sobre as implicações desses conteúdos na formação crítica do arquivista brasileiro. A pesquisa é fundamentada nos Estudos Arquivísticos Críticos, tendência emergente que visa promover dentre outras pautas, reflexões sobre o papel e a responsabilidade dos arquivos e dos arquivistas no que se refere a questões sociais, culturais, políticas e éticas. A metodologia da pesquisa segue abordagem qualitativa, de natureza exploratória e documental, estruturada em duas etapas: 1) análise dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil; 2) pesquisa com docentes que atuam nesses cursos. Na primeira etapa, analisou-se Projetos Pedagógicos de 17 cursos ofertados por universidades públicas brasileiras, com foco na identificação de conteúdos relacionados às relações étnico-raciais. Na segunda etapa, foi aplicado um questionário visando compreender percepções, práticas pedagógicas e desafios dos docentes relacionados à temática. Os resultados indicaram que a presença das relações étnico-raciais nos currículos ocorre de forma transversal, com reduzido número de cursos que ofertam disciplinas específicas. A pesquisa empírica evidenciou dificuldades recorrentes para a incorporação dessas temáticas nas práticas docentes. Conclui-se que a progressão para uma formação arquivística crítica e antirracista demanda não apenas ajustes curriculares, mas estratégias institucionais articuladas, capazes de integrar currículo, práticas pedagógicas e compromisso com a diversidade e a função social dos arquivos.

**Palavras-Chave:** Arquivologia. Formação profissional. Relações étnico-raciais. Estudos Arquivísticos Críticos.

## ABSTRACT

The article aims to analyze the incorporation of ethnic-racial relations into archival education through the examination of Pedagogical Course Projects of undergraduate Archival Science programs offered by Brazilian public universities, as well as from the perspective of faculty members working in these programs, in order to reflect on the implications of such content for the critical education of Brazilian archivists. The study is

grounded in Critical Archival Studies, an emerging theoretical approach that seeks, among other agendas, to foster reflections on the role and responsibility of archives and archivists in relation to social, cultural, political, and ethical issues. The research adopts a qualitative, exploratory, and documentary approach, structured in two stages: (1) analysis of the Pedagogical Course Projects of undergraduate Archival Science programs in Brazil; and (2) an empirical study with faculty members teaching in these programs. In the first stage, the Pedagogical Course Projects of 17 programs offered by Brazilian public universities were analyzed, focusing on the identification of content related to ethnic-racial relations. In the second stage, a questionnaire was applied to examine faculty perceptions, pedagogical practices, and challenges related to the topic. The results indicate that ethnic-racial relations are predominantly incorporated transversally into curricula, with a limited number of programs offering specific courses. The empirical findings reveal recurrent difficulties in integrating these themes into teaching practices. It is concluded that advancing toward a critical and anti-racist archival education requires not only curricular adjustments but also articulated institutional strategies capable of integrating curricula, pedagogical practices, and a commitment to diversity and the social role of archives.

**Keywords:** Archival science. Professional training. Ethnic-racial relations. Critical archival studies.

## RESUMEN

El artículo tiene como objetivo analizar la incorporación de las relaciones étnico-raciales en la formación en Archivística, a partir del análisis de los Proyectos Pedagógicos de los cursos de grado ofrecidos por universidades públicas brasileñas, así como desde la perspectiva del profesorado que actúa en dichos cursos, con el fin de reflexionar sobre las implicaciones de estos contenidos en la formación crítica del archivista brasileño. La investigación se fundamenta en los Estudios Archivísticos Críticos, una tendencia emergente que busca, entre otros propósitos, promover reflexiones sobre el papel y la responsabilidad de los archivos y de los archivistas en relación con cuestiones sociales, culturales, políticas y éticas. La metodología adopta un enfoque cualitativo, de carácter exploratorio y documental, estructurado en dos etapas: (1) análisis de los Proyectos Pedagógicos de los cursos de grado en Archivística en Brasil; y (2) una investigación empírica con docentes que actúan en dichos cursos. En la primera etapa, se analizaron los Proyectos

Pedagógicos de 17 cursos oferecidos por universidades públicas brasileiras, com ênfasis en la identificación de contenidos relacionados con las relaciones étnico-raciales. En la segunda etapa, se aplicó un cuestionario con el objetivo de comprender percepciones, prácticas pedagógicas y desafíos del profesorado en relación con la temática. Los resultados indican que la presencia de las relaciones étnico-raciales en los currículos se produce principalmente de forma transversal, con un número reducido de cursos que ofrecen asignaturas específicas. La investigación empírica evidenció dificultades recurrentes para la incorporación de estas temáticas en las prácticas docentes. Se concluye que el avance hacia una formación archivística crítica y antirracista requiere no solo ajustes curriculares, sino también estrategias institucionales articuladas que integren el currículo, las prácticas pedagógicas y el compromiso con la diversidad y la función social de los archivos.

**Palabras clave:** Archivística. Formación profesional. Relaciones étnico-raciales. Estudios archivísticos críticos.

## 1 INTRODUÇÃO

A Arquivologia tem passado por importantes transformações impulsionadas pelas demandas contemporâneas que exigem formação e atuação profissional mais sensível às realidades sociais, políticas e culturais do país. No que se refere à formação, cabe mencionar que os cursos de graduação em Arquivologia brasileiros são estruturados em sua maioria, em uma abordagem tecnicista, centrada em aspectos operacionais e normativos do fazer arquivístico. Essa estrutura tem sido progressivamente tensionada por perspectivas críticas que propõem uma formação e consequente atuação profissional, comprometida com questões sociais, políticas, ambientais, culturais, econômicas etc. Têm sido incorporadas reflexões sobre o lugar social da área enquanto saber e fazer e sobre a capacidade dos arquivos de oferecerem aos cidadãos

um senso de identidade, de origem, de história e memória pessoal e coletiva (Heymann; Nedel, 2018; Cook, 2018; Kaplan, 2018).

A formação do arquivista no Brasil demanda um processo de reformulação, que vai muito além de 'remendar' currículos com o ajuste e/ou acréscimo de disciplinas e conteúdos, é preciso repensar concepções epistemológicas, diretrizes curriculares e práticas pedagógicas a partir de um novo ponto de vista alinhado às questões sociais, políticas, culturais e econômicas contemporâneas, de modo a oxigenar o pensar e o fazer arquivístico para que ele dialogue de forma crítica com as complexas dimensões sociais que o atravessam. É um grande desafio para a área e que pode ser impulsionado a partir da sensibilização e mobilização da comunidade acadêmica e profissional, envolvendo universidades, docentes, discentes, pesquisadores, profissionais e associações de classe.

Compreende-se que o cenário delineado encontra respaldo no arcabouço teórico dos Estudos Arquivísticos Críticos, configurados teoricamente como uma tendência emergente da Arquivologia que dialoga com correntes epistemológicas alinhadas às teorias críticas e pós-críticas. São estudos que visam instigar reflexões e debates acerca do papel dos arquivos e dos arquivistas no que se refere a questões sociais, culturais, políticas e éticas (Berbesi; Tognoli, 2024).

Sob as lentes dos Estudos Arquivísticos Críticos os arquivos são reconhecidos como espaços simbólicos atravessados por relações de poder, memória e produção de conhecimento, cuja dinâmica de inclusão ou exclusão de sujeitos e narrativas têm consequências diretas na construção da memória social. Cabe ainda nesse contexto, reflexões que visem reparar os danos causados pelos processos históricos de apagamento, silenciamento e marginalização, a partir de teorias e

metodologias que situem as pessoas, seus contextos e suas histórias, no centro das práticas arquivísticas (Sexton; Shepherd; Duff, 2023, Berbesi; Tognoli, 2024).

Essa abordagem oportuniza analisar arquivos e práticas arquivísticas a partir de distintos marcadores sociais, como gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual, capacidades, religião, dentre outros, sob uma perspectiva interseccional<sup>2</sup>, situando esses espaços e práticas em debates e reflexões envolvendo direitos humanos, justiça social, direito à memória, acesso à informação e processos decoloniais<sup>3</sup>.

A presente pesquisa configura-se como um recorte de uma estrutura de pesquisa mais robusta que visa ampliar as bases teóricas e práticas que interconectam os campos da Competência em Informação e da Arquivologia, integrando os preceitos dos Estudos Arquivísticos Críticos. Dessa forma, seguindo um percurso teórico-metodológico orgânico, fez-se necessário compartimentar os elementos da estrutura da pesquisa mais ampla, em distintos planos de trabalho.

O recorte aqui apresentado foi desenvolvido a partir de um plano de trabalho de capacitação docente, realizado em parceria com duas universidades federais das regiões norte e nordeste, que teve como objetivo analisar o papel da Competência em Informação na formação de arquivistas aptos para o exercício de uma prática profissional crítica e

---

<sup>2</sup> Neste artigo, a perspectiva interseccional é compreendida como uma abordagem que permite analisar os arquivos e as práticas arquivísticas a partir da articulação entre diferentes marcadores sociais e contribui para compreender como diferentes sujeitos e comunidades podem ser afetados por múltiplas formas de exclusão nas práticas e nas instituições arquivísticas. Ver Caswell, Punzalan e Sangwand (2017), Sexton, Shepherd e Duff. (2023) e Berbesi e Tognoli (2024).

<sup>3</sup> Neste artigo, o termo decolonial refere-se a uma perspectiva crítica que questiona a permanência de estruturas coloniais na produção do conhecimento, nas instituições e nas formas de representação. Na Arquivologia, essa perspectiva permite problematizar relações de poder, apagamentos, silenciamentos e outras assimetrias presentes nos arquivos e nas práticas arquivísticas. Ver Alencar, Tognoli e Cervantes (2023), Caswell, Punzalan e Sangwand (2017) e Berbesi e Tognoli (2024).

antirracista<sup>4</sup>. A investigação foi impulsionada pela questão: Como os cursos de graduação em Arquivologia brasileiros têm abarcado em seus projetos pedagógicos de curso e em suas práticas pedagógicas, conteúdos e discussões em torno das relações étnico-raciais?

Assim, o presente artigo objetiva analisar a inserção das relações étnico-raciais na formação em Arquivologia, a partir da análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil e da perspectiva de docentes que atuam nesses cursos, com vistas a refletir sobre as implicações desses conteúdos na formação crítica e ética do arquivista brasileiro.

A incorporação de conteúdos relacionados às relações étnico-raciais e à luta antirracista nos projetos pedagógicos dos cursos de Arquivologia não deve ser compreendida apenas como acréscimo temático aos currículos, mas como parte de uma revisão crítica necessária sobre a formação do arquivista, considerando que suas práticas podem tanto reproduzir apagamentos e silenciamentos históricos quanto contribuir para a visibilidade de sujeitos e grupos historicamente marginalizados, cabendo a esse profissional assumir um compromisso ético com a preservação da memória, a justiça social e os direitos humanos.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

A Arquivologia vem atravessando uma crise epistemológica que sinaliza um processo de reconfiguração de seus fundamentos teóricos e metodológicos, impulsionado pelas transformações sociais, tecnológicas

---

<sup>4</sup> No âmbito deste artigo, compreende-se a perspectiva antirracista como uma postura teórica, ética e política voltada ao reconhecimento da não neutralidade dos arquivos e das práticas arquivísticas, bem como ao enfrentamento aos processos de apagamento, silenciamento e exclusão de sujeitos e grupos racializados. Ver Caswell, Punzalan e Sangwand (2017) e Sexton, Shepherd e Duff (2023).

e informacionais, bem como pelas relações interdisciplinares que vêm conectando a área a outros campos do conhecimento. Esse movimento tem questionado noções clássicas sobre o objeto, os objetivos e a terminologia da área, evidenciando a busca por uma ciência arquivística mais alinhada às dinâmicas contemporâneas.

Nesse cenário, emergem os Estudos Arquivísticos Críticos, como um campo teórico fundamentado na Teoria Crítica Social, de natureza emancipatória e comprometido em identificar o que é injusto nas pesquisas e práticas arquivísticas tradicionais, ressignificar o papel dos arquivos (compreendendo-os como espaços de poder, disputa simbólica, memória coletiva e produção de conhecimento) e transformar a práxis arquivística, cujos reflexos impactam a sociedade em geral (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017; Alencar; Tognoli; Cervantes, 2023).

As pesquisas que extrapolam o fazer técnico-normativo tradicional ganham centralidade, ao reconhecerem os sujeitos como agentes ativos dos processos arquivísticos, especialmente diante das dinâmicas estruturais de classe, raça e gênero que operam como filtros de visibilidade e legitimação de identidades e narrativas. A partir de uma abordagem interseccional, incorporam debates sobre acessibilidade, representação e preservação, situando a prática arquivística como dimensão estratégica na promoção da justiça social e dos direitos humanos.

Essa reconfiguração teórico-metodológica, relevante e necessária para ampliação dos domínios da área, alcança, também, a formação e a atuação profissional do arquivista, que passa a ser compreendida a partir de um horizonte mais crítico, reflexivo e interdisciplinar. Jardim (2006) reforça que os processos de formação profissional devem considerar as transformações contemporâneas da Arquivologia, destacando a

indissociabilidade entre a história da área e os processos formativos que devem ser analisados de forma articulada, evidenciando a necessidade de integrar perspectivas históricas e educativas na consolidação do campo arquivístico. Nesse contexto, a formação de arquivistas precisa ser repensada e conseqüentemente reformulada a partir de uma perspectiva crítica, que reconheça o papel estratégico do arquivista na promoção da justiça social, do direito à memória e da equidade social, étnica e racial.

No que tange à educação para as relações étnico-raciais, as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação da Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004) representam marcos legais para a inclusão da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na educação nacional. Ainda que voltadas prioritariamente à educação básica, essas normativas repercutem diretamente no ensino superior, convocando os cursos (especialmente as licenciaturas) a integrarem em seus projetos pedagógicos conteúdos que promovam uma formação comprometida com a diversidade, o combate ao racismo e a valorização de epistemologias historicamente marginalizadas (Simões, 2020).

Essa situação pode ser observada em diversos cursos de graduação no Brasil nas distintas áreas do conhecimento. É possível citar, por exemplo, o contexto da Biblioteconomia: Franciéle Garcês da Silva (2019) analisou currículos de graduação de instituições públicas e identificou que, entre 2.272 disciplinas, apenas 16 tratavam de questões étnico-raciais. Esse resultado evidencia uma lacuna significativa na formação e aponta para a urgência de ampliar a abordagem desse tema. Em pesquisa mais recente, especificamente no Nordeste brasileiro, Valério *et al.* (2025) analisaram os PPCs dos cursos de Biblioteconomia

e Gestão da Informação e identificaram 17 disciplinas que abordam o tema, demonstrando um possível avanço nesse sentido.

A inserção das relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de Arquivologia deve ser compreendida como parte de um debate mais amplo sobre formação profissional, responsabilidade social dos arquivos e enfrentamento de processos históricos de apagamento e silenciamento. No levantamento bibliográfico realizado até o momento, não foram identificadas pesquisas que analisem especificamente a incorporação dessas discussões nos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil.

Essa lacuna é relevante considerando que a formação do arquivista impacta diretamente sua atuação profissional, nesse sentido, deve ser crítica, ética e comprometida com a visibilidade e valorização de grupos historicamente silenciados, uma vez que a ausência dessa abordagem pode perpetuar práticas que, mesmo involuntariamente, causam danos a comunidades e indivíduos, por meio do apagamento de histórias, da exclusão de memórias e da negação de acesso à informação (Sexton; Shepherd; Duff, 2023). Segundo Caswell, Punzalan e Sangwand (2017), os arquivos não são espaços neutros, mas instâncias de disputa narrativa, onde dinâmicas de inclusão e exclusão impactam diretamente a memória social.

Dessa forma, refletir sobre a presença ou ausência das relações étnico-raciais na formação arquivística, vai além de uma necessidade curricular, situando-se em um debate mais denso sobre o compromisso ético e social da área diante das desigualdades estruturais que moldam a sociedade brasileira. A construção de práticas arquivísticas mais sensíveis à diversidade depende da capacidade dos cursos de Arquivologia de integrarem essas discussões em componentes

disciplinares específicos ou ainda de forma transversal, articulando teoria, metodologia e ação crítica na formação profissional.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem abordagem qualitativa, de natureza exploratória e documental, estruturada em duas etapas: 1) pesquisa e análise documental nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil; 2) pesquisa empírica com docentes que atuam em cursos de Arquivologia.

Na primeira etapa, a configuração do universo a ser investigado foi possível a partir da pesquisa realizada no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Foram identificados 19 cursos de graduação em Arquivologia em funcionamento no Brasil, sendo 2 cursos na modalidade à distância em instituições privadas e 17 na modalidade presencial em instituições públicas, sendo 3 estaduais e 14 federais. Para composição do *corpus* de pesquisa, elegeu-se os PPCs dos 17 cursos de Arquivologia, ofertados na modalidade presencial nas instituições públicas no Brasil.

A coleta de dados foi realizada por meio da obtenção dos PPCs disponíveis nos sites institucionais e/ou por solicitação direta às coordenações de curso. A análise, realizada entre os meses de maio e junho de 2025, incidiu especificamente sobre Componentes curriculares obrigatórios e optativos e suas ementas, observando a presença de temáticas étnico-raciais, bem como de conteúdo com perspectivas antirracistas, decoloniais e interseccionais.

Os resultados foram categorizados da seguinte forma: para componentes específicos em torno de temáticas étnico-raciais, considerou-se a indicação SIM e atribuiu-se a categoria DISCIPLINAR;

para os componentes que mencionam em suas ementas a temática e suas respectivas perspectivas, considerou-se a indicação PARCIAL e atribuiu-se a categoria TRANSVERSAL. Portanto, para identificar as duas categorias, foi realizada uma leitura atenta dos títulos e das ementas das disciplinas nos PPCs dos cursos analisados.

A segunda etapa da pesquisa, voltada à compreensão da perspectiva de docentes que atuam em cursos de Arquivologia, consistiu na aplicação de um questionário elaborado na plataforma *Google Forms*, composto por 41 questões, sendo 33 fechadas e 8 abertas, organizadas em cinco eixos: (1) caracterização do(a) respondente; (2) formação acadêmica; (3) práticas pedagógicas e relações étnico-raciais; (4) formação continuada e apoio institucional; e (5) práticas informacionais e relações étnico-raciais.

O instrumento foi encaminhado por e-mail às coordenações dos cursos de Arquivologia, com a solicitação de que fosse repassado ao corpo docente. O questionário ficou aberto para o recebimento de respostas entre julho e agosto de 2025. A amostra do estudo foi composta por 23 docentes, que responderam ao questionário e manifestaram concordância com a participação anônima e voluntária na pesquisa. A análise dos resultados foi realizada inicialmente com o apoio dos recursos disponibilizados pela própria plataforma *Google Forms*, por meio da geração de planilha em formato *Excel* e de gráficos. Em seguida, procedeu-se à análise interpretativa dos resultados, possibilitando sua articulação com os resultados da análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira etapa, referente à análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) dos 17 cursos de Arquivologia ofertados em universidades públicas brasileiras, revela que a inserção de conteúdos relacionados às relações étnico-raciais ocorre de forma majoritariamente parcial (12 instituições, cerca de 70,5%) e, predominantemente, por meio de abordagens transversais, indicando uma possibilidade de integração da temática em diferentes componentes curriculares. Na perspectiva disciplinar, apenas cinco cursos (cerca de 29%) indicam a inserção de componentes curriculares, especificamente relacionados às relações étnico-raciais.

É importante ressaltar que a vigência dos PPCs analisados está entre os anos de 2008 e 2024, o que significa que as datas dialogam com o período em que as leis e diretrizes que representam marcos legais para a implementação das discussões sobre a educação para as relações étnico-raciais foram publicadas, como já mencionado anteriormente. Portanto, essa informação nos permite afirmar que as instituições analisadas, de certa maneira, buscaram atender às orientações estabelecidas por tais documentos. O quadro 1, apresenta um panorama dos resultados obtidos:

**Quadro 1** - Panorama da inserção de conteúdo Étnico-Racial nos Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação em Arquivologia

Universidade / Ano de publicação do PPC	Presença de Conteúdo Étnico-Racial	Quantidade	Tipo de Inserção
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB) / 2023	Parcial	3	Transversal
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB) / 2016	Parcial	4	Transversal

<b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL) / 2022</b>	<b>Sim</b>	<b>1</b>	<b>Disciplinar</b>
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (UNESP) / 2023	Parcial	2	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA) / 2017	Parcial	4	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) / 2008	Parcial	6	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) / 2019	Parcial	4	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC) / 2015	Parcial	4	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM) / 2020	Parcial	3	Transversal
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM) / 2020</b>	<b>Sim</b>	<b>1</b>	<b>Disciplinar</b>
	Parcial	4	Transversal
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA) / 2024</b>	<b>Sim</b>	<b>2</b>	<b>Disciplinar</b>
	Parcial	10	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES) / 2017	Parcial	3	Transversal
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO) / 2013</b>	<b>Sim</b>	<b>1</b>	<b>Disciplinar</b>
	Parcial	4	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA) / 2024	Parcial	2	Transversal
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG) / 2024</b>	<b>Sim</b>	<b>1</b>	<b>Disciplinar</b>
	Parcial	3	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS) / 2022	Parcial	3	Transversal
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF) / 2023	Parcial	3	Transversal

**Fonte:** Elaborado pelas autorias com base nos resultados da pesquisa (2025).

Foram identificados 70 componentes curriculares aderentes ao objetivo desta pesquisa, sendo que 12 cursos ofertam apenas componentes aqui categorizados como TRANSVERSAL: UEPB (4), UFBA (4), UFES (3), UFF (3), UFMG (4), UFPA (2), UFPB (6), UFRGS (3), UFSC (4), UFSM (3), UNB (3) e Unesp (2), totalizando 41 componentes. Quatro cursos ofertam componentes tanto da categoria

TRANSVERSAL como da categoria DISCIPLINAR<sup>5</sup>: FURG (4), UFAM (6), Unirio (6) e UFCA (12), totalizando 28 componentes, e o curso da UEL, oferta um único componente categorizado como DISCIPLINAR.

No que se refere à abordagem transversal dos conteúdos étnico-raciais nos PPCs, observa-se que, embora a transversalidade represente um avanço (ainda que simbólico) diante da histórica invisibilidade dessas temáticas no currículo do curso, ainda demanda aprofundamento, intencionalidade e uma estruturação sistemática. A ausência de uma abordagem disciplinar efetiva e verticalizada, pode comprometer a efetividade pedagógica e política desses conteúdos, uma vez que da forma como aparecem inseridos, diluídos transversalmente entre os componentes curriculares, estão sujeitos à dispersão e à superficialidade.

A configuração das discussões étnico-raciais em formato de componente curricular demonstra um esforço intencional visando a garantia de maior densidade teórica e metodológica ao tratamento das questões étnico-raciais, para além da integração transversal, evidenciando um processo de integração teórica mesmo que embrionário, para um eixo potente e relevante para a formação do arquivista.

Os cinco cursos que apresentam componentes curriculares específicos voltados às relações étnico-raciais, são da FURG, UEL, UFAM, UFCA e UNIRIO. Para fins de análise, esses componentes foram estruturados em 3 eixos principais: História, Cultura e Direitos Humanos. Abordam temas como história e cultura afro-brasileira e indígena, diversidade étnico-racial, identidade, resistência, movimentos sociais, legislação, religião, cidadania e educação, conforme apresentado no quadro 2:

---

<sup>5</sup> Ver Quadro 2: Componentes curriculares com conteúdo étnico-raciais nos cursos de Arquivologia.

**Quadro 2** - Componentes curriculares com conteúdo étnico-raciais nos cursos de Arquivologia

Universidade	Componente curricular	Ementa
FURG	História Afro-indígena	Conceitos de Cultura; as matrizes africanas da cultura afro-brasileira; trabalho, cultura e resistência negra no Brasil escravocrata; os movimentos abolicionistas e a questão da identidade nacional; identidades culturais indígenas; constituição sócio-histórica dos movimentos sociais indígenas; os conflitos territoriais brasileiros e os povos indígenas; diversidade e Alteridade; aculturação e resistência cultural dos povos indígenas.
UEL	Cultura afro-brasileira	Estudo de aspectos da cultura brasileira de raízes africanas.
UFAM	Culturas afro-brasileiras	Diversidade Étnico-Racial na Escola de Ensino Fundamental. Diáspora Negra. Civilizações africanas. Africanos no Brasil: origem e contribuições. Movimento negro. Quilombos: história, organização e cultura. Lei 10639/2003: texto e contexto. Africanidade e Religiosidade. Culturas Afro-brasileiras Contemporâneas. Dimensões do Ensino da Cultura Afro-Brasileira.
UFCA	Direitos Humanos e Estudos Étnico-Raciais	Abertura constitucional de direitos silenciados: Gênese colonial do Direito brasileiro e a herança escravocrata. Movimentos negros e indígenas no Brasil: Silenciamento da questão racial e problemas de inclusão no cenário brasileiro. Os quilombos e os patrimônios afro-brasileiros como exemplos de quebra de paradigmas jurídicos hegemônicos. Questões que se relacionam à etnicidade e ao racismo no debate da esfera pública, nas redes sociais, meios de comunicação, parlamentos, sistema judiciário e ações dos governos. O antirracismo do patrimônio cultural afro-brasileiro.
UFCA	Cultura afro-brasileira	África: heterogeneidade social e cultural. África o “berço da humanidade”: pré-história e arqueologia. Estudo da História da África entre os séculos XV e XIX. A expansão colonizadora europeia e a construção do mundo atlântico: choque cultural e narrativas da colonização africana, genocídio e etnocídio. Processo da diáspora forçada para as terras coloniais. Africanos e africanidades na constituição da nação Brasileira: sociedade, economia e cultura. Escravidão e pós-abolição: a questão da cidadania. Resistência e memória:

		questões para o estudo das comunidades quilombolas no Brasil. Identidade negra no Brasil: o movimento negro e a (des)construção de (pre)conceitos acerca da cultura afrodescendente.
<b>UNIRIO</b>	Culturas Afro-Brasileiras em Sala de Aula	Diversidade Étnico-Racial na Escola de Ensino Fundamental. Diáspora Negra. Civilizações africanas. Africanos no Brasil: origem e contribuições. Movimento negro. Quilombos: história, organização e cultura. Lei 10639/2003: texto e contexto. Africanidade e Religiosidade. Culturas Afro-brasileiras Contemporâneas. Dimensões do Ensino da Cultura Afro-Brasileira.

**Fonte:** Elaborado pelas autorias com base nos resultados da pesquisa (2025).

Observou-se que a carga horária dos componentes é em sua maioria de 30 horas e ofertadas em caráter optativo, com exceção para o componente “Cultura afro-brasileira” ofertado pela UEL, que mesmo com 30 horas é de caráter obrigatório e os componentes ofertados pela UFCA, ambos com 64 horas, onde o componente “Direitos Humanos e Estudos Étnico- Raciais” é ofertado como obrigatório e o componente “Cultura afro-brasileira” como optativo.

Cabe aqui destacar o conjunto dos componentes curriculares do curso de Arquivologia mais recente no Brasil na UFCA, implantado em 2024, que apresenta a maior quantidade de componentes relacionados às temáticas étnico-raciais entre os cursos analisados, totalizando 12 componentes, dos quais dois são classificados como disciplinares. Esses componentes abordam de forma aprofundada conteúdos sobre direitos humanos, história e cultura afro-brasileira, diversidade étnico-racial, identidade e resistência e diferenciam-se por sua carga horária de 64 horas e, em um dos casos, por seu caráter obrigatório, o que evidencia um compromisso mais consistente com a formação crítica e antirracista do arquivista. A proposta curricular da UFCA aponta para um modelo formativo mais alinhado às demandas contemporâneas de justiça social

e valorização da pluralidade de memórias e saberes no campo da Arquivologia.

Os cinco cursos de graduação mencionados, despontam como referências potentes que podem contribuir na formação do arquivista a partir de uma perspectiva antirracista e se configuram como espaços pedagógicos propícios para a discussão crítica, histórica, social e política das relações étnico-raciais no Brasil e de seus reflexos no campo arquivístico. Entretanto, não podemos garantir que essas discussões realmente aconteçam de forma efetiva, pois essa análise se concentrou apenas na pesquisa documental.

Um ponto que merece destaque é que não foi possível identificar se os componentes curriculares com conteúdo étnico-racial são ministrados pelos próprios departamentos dos cursos ou não, nem se há relação desses conteúdos com a formação do arquivista. Alguns PPCs indicam nomes ou códigos das unidades acadêmicas responsáveis por ministrar as disciplinas, mas essas informações não são suficientes para identificar se a disciplina é ofertada pelo próprio curso, uma vez que, em grande parte dessas instituições, o curso está localizado dentro de uma unidade acadêmica que comporta vários cursos de graduação. Como exemplo, o curso de Arquivologia da UFCA está localizado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), junto com os cursos de Administração, Administração Pública e Gestão Social, Ciências Contábeis, Biblioteconomia e Museologia.

No entanto, quando se trata de uma disciplina específica do curso, como o componente “Arquivos Comunitários” da UFCA, que está na categoria transversal, é possível inferir que seja ministrada pelo próprio curso. De todo modo, a presença de conteúdos étnico-raciais nas disciplinas não garante uma educação arquivística antirracista, e esse

ponto só poderá ser observado por meio de uma análise qualitativa. Como esta pesquisa se encontra em andamento, a terceira etapa é incorporar as percepções dos discentes para dialogar com a pesquisa documental e com as percepções docentes, buscando aprofundar essas reflexões de forma mais pontual.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em uma investigação empírica realizada com docentes que atuam em cursos de Arquivologia. Participaram dessa etapa 23 docentes, que manifestaram concordância com a participação anônima e voluntária na pesquisa.

Com relação à caracterização dos docentes, a faixa etária dos respondentes varia entre 29 e 64 anos, com concentração acima dos 40 anos. Quanto ao gênero, 47,8% (11) se declararam Mulher cis e 53,2% (12) Homem cis, sem registros de outras identidades de gênero. No pertencimento étnico-racial, predominam docentes autodeclarados brancos, 69,6% (16), seguidos por pretos, 17,4% (4), e pardos, 13% (3).

Quanto à formação acadêmica, 73,9% (17) possuem graduação em Arquivologia, concluída entre 1992 e 2024, em universidades públicas federais e estaduais. Parte dos docentes, 52,2%, declarou segunda graduação: História (5), Biblioteconomia (3), Museologia (1), Ciências Sociais (1), Administração (1) e Sistemas de Informação (1). Todos possuem mestrado, com predominância em Ciência da Informação (10), e 91,3% (21) possuem doutorado, também com destaque para Ciência da Informação (11).

As práticas pedagógicas relacionadas às relações étnico-raciais foram analisadas a partir da caracterização da atuação profissional dos respondentes. Quanto à universidade de atuação, UFES e UFPA reuniram 4 docentes cada (17,4%); UFBA, 3 (13%); Unesp, Unirio, UFPB e FURG, 2 cada (8,7%); e UFESM, UFMG, UEL e UEPB, 1 cada (4,3%).

Em relação ao tempo de atuação no curso de Arquivologia, 11 docentes (47,8%) atuam há mais de 10 anos; 4 (17,4%) entre 6 e 10 anos; 4 (17,4%) entre 1 e 5 anos; e 4 (17,4%) há menos de 1 ano.

As áreas de atuação mais recorrentes (com possibilidade de múltiplas respostas) foram Gestão de documentos e arquivos, indicada por 16 docentes (69,6%); Memória, Patrimônio e Sociedade, por 9 (39,1%); Fundamentos teóricos da Arquivologia, por 7 (30,4%); Tecnologia aplicada, por 6 (26,1%); e Preservação e Conservação, por 4 (17,4%). Outras áreas, como Metodologia de Pesquisa, Ética Profissional, Movimentos Sociais, Avaliação de Documentos, Mediação, Paleografia, Organização e Métodos e Teoria Geral da Administração, somaram 7 docentes (30,4%).

Dos 23 respondentes, 14 (60,9%) participam do Núcleo Docente Estruturante (NDE), sendo 4 (28,6%) há mais de 10 anos e 10 (71,4%) há menos de 10 anos. Além disso, 11 docentes (47,8%) atuaram na elaboração ou revisão do PPC vigente.

Sobre a presença de conteúdos relacionados às relações étnico-raciais nos PPCs, 8 docentes (34,8%) não souberam informar; 8 (34,8%) afirmaram que esses conteúdos aparecem de forma transversal; 4 (17,4%) indicaram que os PPCs não os contemplam; e 3 (13%) assinalaram sua presença de forma disciplinar, por meio de disciplinas específicas. Entre os docentes que responderam afirmativamente, 5 (45,45%) avaliaram a abordagem como “parcial e pouco aprofundada”; 4 (36,36%) como “suficiente e bem estruturada”; e 2 (18,18%) como “superficial e simbólica”. Quanto à inclusão da temática em reuniões pedagógicas, do NDE ou de colegiados, 14 docentes (60,9%) afirmaram que ela não ocorre. No que se refere à abordagem da temática em suas disciplinas (com possibilidade de múltiplas respostas), 9 docentes

(39,1%) afirmaram tratá-la de forma efetiva; 8 (34,8%) de modo parcial; e 6 (26,1%) não a abordam. Entre os que a abordam total ou parcialmente, os conteúdos mais mencionados foram apagamentos e silenciamentos históricos (70,6%), racismo (64,7%), o negro na formação da sociedade nacional (23,5%), história, cultura e memória dos povos indígenas e de outros povos tradicionais (23,5%), cultura negra brasileira (17,6%), linguagem (5,9%) e luta dos negros no Brasil (5,9%).

Quanto à existência de desafios para a inserção dessas temáticas nas disciplinas (com possibilidade de múltiplas respostas), 18 docentes (78,3%) relataram dificuldades, principalmente falta de formação específica (68,4%), falta de tempo ou carga horária (52,6%) e falta de material didático adequado (47,4%).

Por fim, sobre o uso ou incentivo ao uso de arquivos, coleções digitais ou fontes não convencionais que contemplem narrativas e memórias de grupos étnico-raciais historicamente marginalizados, 9 docentes (39,1%) afirmaram fazê-lo ocasionalmente; 6 (26,1%) frequentemente; 6 (26,1%) não utilizam, mas têm interesse; 1 (4,3%) utiliza apenas quando orienta pesquisas; e 1 (4,3%) não vê espaço para essa abordagem.

A formação continuada e o apoio institucional também foram contemplados na pesquisa. Quanto à formação continuada em relações étnico-raciais, 73,9% dos docentes (17) afirmaram nunca ter participado desse tipo de formação, enquanto 26,1% (6) indicaram participação em ações promovidas por suas universidades ou por outras instituições.

Sobre o apoio institucional para a inclusão dessas temáticas, 4 docentes (17,4%) afirmaram que ele ocorre de forma estruturada; 9 (39,1%) indicaram apoio pontual; 3 (13%) informaram ausência de apoio; e 7 (30,4%) não souberam informar. Entre os apoios considerados

necessários, com possibilidade de múltiplas respostas, destacaram-se a formação continuada para docentes, indicada por 20 respondentes (87%); a produção de materiais informativos, por 19 (82,6%); e de materiais didáticos, por 17 (73,9%). Também foram mencionadas a revisão do PPC com foco na diversidade, por 13 docentes (56,5%), e a criação de disciplinas específicas, por 10 (43,5%). Outras sugestões apareceram pontualmente: convite a palestrantes com vivências sobre questões étnico-raciais, formação de nivelamento no acolhimento de novos docentes e maior conhecimento, entre os pares, sobre a disciplina de Mediação Cultural em Arquivos.

As práticas informacionais relacionadas às relações étnico-raciais foram analisadas a partir dos desafios de pesquisa, das fontes utilizadas para atualização e dos critérios de avaliação da credibilidade das informações. Quanto aos desafios para pesquisar conteúdos sobre a temática, com possibilidade de múltiplas respostas, 11 docentes (47,8%) informaram não realizar pesquisas nessa área. Entre os respondentes que indicaram desafios, destacaram-se a falta de tempo para aprofundamento, mencionada por 10 docentes (43,5%); a baixa representatividade de autores(as) e perspectivas diversas nas bases tradicionais, por 7 (30,4%); a dificuldade de encontrar informações confiáveis e de qualidade, por 5 (21,7%); e o volume de desinformação sobre o tema, por 4 (17,4%). Outros desafios foram mencionados, como falta de leitura e debate na comunidade arquivística, dificuldade de acesso a fontes primárias ou arquivos relevantes e limitações de infraestrutura.

Sobre as fontes utilizadas para atualização, com possibilidade de múltiplas respostas, prevalecem artigos científicos e periódicos especializados nacionais, mencionados por 17 respondentes (73,9%). Também se destacam o uso de livros e obras de referência (9 docentes;

39,1%); materiais produzidos por movimentos sociais e coletivos (9; 39,1%); documentos oficiais e legislação (8; 34,8%); artigos científicos e periódicos especializados internacionais e o uso de redes sociais e plataformas digitais (7; 30,4% cada); memória oral e relatos de comunidades tradicionais (6; 26,1%); bases de dados específicas, como acervos de instituições de memória afro-brasileira e indígena (5; 21,7%) e 5 docentes (21,7%) afirmaram não se atualizar sobre as temáticas étnico-raciais. De forma pontual, foram ainda mencionados os diálogos estabelecidos com diferentes atores a partir do Projeto *Cidadanias de Papel*, coordenado por um dos respondentes (1; 4,3%), bem como a opção “não utilizo”, assinalada por 1 docente (4,3%).

Quanto aos critérios de avaliação da credibilidade e imparcialidade das fontes, com possibilidade de múltiplas respostas, destacaram-se o reconhecimento acadêmico das pessoas autoras, indicado por 14 docentes (60,9%); a clareza e consistência do conteúdo, por 13 (56,5%); e a reputação da instituição ou veículo de publicação e a abordagem multidisciplinar, ambos por 12 (52,2%). Também foram citados referências bibliográficas reconhecidas e atualidade do conteúdo (8; 34,8% cada), análise de vieses ideológicos ou políticos e validação por ativistas ou representantes das comunidades envolvidas (6; 26,1% cada). Além disso, 5 docentes (21,7%) informaram não selecionar materiais sobre temáticas étnico-raciais e 1 docente (4,3%) indicou não utilizar critérios por não fazer uso desse tipo de conteúdo.

Ao final do questionário, 8 docentes apresentaram comentários, reflexões e sugestões adicionais, organizados aqui em categorias: (i) **reconhecimento das relações étnico-raciais como dimensão central da formação em Arquivologia**, vinculada a uma prática profissional crítica, inclusiva e socialmente comprometida. Associada a essa

perspectiva, a mediação cultural em arquivos foi indicada como estratégia para atender demandas de grupos historicamente marginalizados, com menção a experiências institucionais e à necessidade de fortalecimento normativo no campo arquivístico; (ii) **insuficiente institucionalização da temática na Arquivologia**, expressa pela carência de debates, redes e grupos de pesquisa, bem como pelo engajamento ainda limitado de docentes, discentes e arquivistas. Os respondentes destacaram a necessidade de integração transversal e estruturada das relações étnico-raciais nos currículos, superando abordagens pontuais e reconhecendo a não neutralidade dos arquivos; (iii) **desafios formativos e pedagógicos**, incluindo a necessidade de incorporar conteúdos como colonialismo, epistemologias negras e indígenas, práticas antirracistas e sociologia da burocracia, além da insegurança de parte dos docentes para abordar essas temáticas. As contribuições reforçam a relevância da pesquisa para o fortalecimento das relações étnico-raciais nos PPCs dos cursos de Arquivologia e seu caráter transversal na graduação e na pós-graduação.

Os resultados da pesquisa empírica evidenciam que embora haja reconhecimento da relevância das relações étnico-raciais para a formação profissional, sua incorporação às práticas pedagógicas ainda ocorre timidamente, fragmentada e em muitos casos, dependente de iniciativas individuais dos docentes. As respostas revelam limites importantes relacionados à falta de formação específica, à escassez de materiais didáticos e ao reduzido espaço institucional para debate coletivo sobre a temática.

Ao articular os resultados das duas etapas da pesquisa observa-se uma convergência entre a limitada institucionalização das relações étnico-raciais nos PPCs e as dificuldades relatadas pelos docentes em suas práticas pedagógicas. A primeira etapa da pesquisa demonstrou que

apenas cinco cursos de Arquivologia (FURG, UEL, UFAM, UFCA e UNIRIO) apresentam componentes curriculares específicos voltados às temáticas étnico-raciais. Esse cenário se reflete nos resultados empíricos, uma vez que parte significativa dos docentes não soube informar sobre a presença da temática nos PPCs ou avaliou a abordagem como parcial, superficial ou simbólica, indicando fragilidades na inserção, circulação e apropriação coletiva desses conteúdos no âmbito institucional.

A participação de docentes vinculados a algumas das universidades que possuem conteúdos étnico-raciais formalmente previstos em seus PPCs, como FURG, UEL e UNIRIO, permite observar que a existência de disciplinas (sejam elas específicas ou transversais) não assegura a consolidação de uma formação antirracista.

A análise conjunta dos resultados aponta para um descompasso entre o reconhecimento formal da temática nos PPCs e sua efetiva integração às práticas pedagógicas, às rotinas institucionais e à formação continuada dos docentes e evidenciam que o fortalecimento da abordagem das relações étnico-raciais na Arquivologia demanda não apenas ajustes curriculares, mas a construção de estratégias institucionais capazes de articular documentos, práticas pedagógicas e compromisso ético-político dos cursos, das universidades e dos docentes com a construção de teorias e práticas arquivísticas diversas, éticas, críticas e socialmente comprometidas evidenciando principalmente a função social dos arquivos e da Arquivologia.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como as relações étnico-raciais vêm sendo incorporadas à formação em Arquivologia no Brasil, a partir da articulação entre a análise documental dos Projetos Pedagógicos

de Curso e a investigação empírica com docentes que atuam nesses cursos. Os resultados evidenciaram que, embora a temática seja reconhecida como relevante e necessária, sua presença nos currículos e nas práticas docentes ainda se mostra incipiente e pouco institucionalizada.

A análise dos PPCs revelou que apenas um número reduzido de cursos contempla conteúdos étnico-raciais de forma “disciplinarizada”, e na maioria dos casos essas questões aparecem de modo transversal pouco explicitado ou permanecem ausentes. A investigação empírica confirmou que a fragilidade observada nos PPCs se reflete nas práticas pedagógicas, uma vez que muitos docentes relatam dificuldades para integrar a temática às disciplinas, insegurança quanto às abordagens adotadas e carência de formação continuada, materiais didáticos e espaços institucionais de e para o debate. Esse cenário reforça a compreensão de que a inserção das relações étnico-raciais na formação em Arquivologia tem ocorrido, predominantemente, por iniciativas individuais, e não como resultado de políticas curriculares consolidadas.

Os resultados evidenciam a existência de reflexões críticas importantes por parte de alguns docentes, especialmente no reconhecimento da não neutralidade dos arquivos, dos processos de silenciamento e apagamento histórico e do papel da mediação cultural na ampliação da visibilidade de memórias e narrativas de grupos historicamente marginalizados. As respostas dos docentes apontam para a necessidade de uma formação que ultrapasse a dimensão técnica, incorporando perspectivas críticas e comprometidas com a função social da Arquivologia e dos arquivos.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa indicam que o avanço da abordagem das relações étnico-raciais na Arquivologia demanda

esforços articulados em diferentes níveis, incluindo a revisão dos PPCs, o fortalecimento da formação continuada docente, a produção de materiais didáticos e informativos e a consolidação de espaços institucionais de reflexão coletiva. Mais do que a inclusão pontual de conteúdos, trata-se de repensar a formação do arquivista a partir de um compromisso ético-político com a diversidade, a justiça social e a construção de práticas arquivísticas socialmente referenciadas, capazes de responder às demandas contemporâneas da sociedade brasileira.

Por fim, os resultados apresentados neste recorte dialogam diretamente com o contexto indicado, ao evidenciar a pertinência de articular a formação em Arquivologia aos aportes dos Estudos Arquivísticos Críticos. Ao assumir-se como parte de uma estrutura de pesquisa mais ampla, este estudo confirma a necessidade de abordagens teórico-metodológicas integradas que sejam capazes de problematizar as dimensões informacionais, pedagógicas e políticas que atravessam a formação arquivística. Desse modo, a pesquisa aqui apresentada não se encerra em si mesma, uma vez que contribui para ampliar discussões, fomentar reflexões e subsidiar propostas que ampliem a presença qualificada das temáticas étnico-raciais na formação de futuros(as) arquivistas.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. F.; TOGNOLI, N. B.; CERVANTES, B. M. N. Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: em construção um mapeamento do domínio editorial internacional. **Encontros Bibli**, v. 28, n. spe, p. e92661, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/147/14775597003/14775597003.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BERBESI, A.; TOGNOLI, N. Critical Archival Studies: Exploring an Emerging Domain. **Knowledge Organization**, v. 52, n. 8, p. 600–609,

2024. Disponível em:

<https://www.imrpress.com/journal/ko/51/8/10.5771/0943-7444-2024-8-600>. Acesso em: 10 jan. 2025.

**BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

CASWELL, M.; PUNZALAN, R.; SANGWAND, T. Critical Archival Studies: an Introduction. **Journal of Critical Library and Information Studies**, v. 1, n. 2, p. 1-8, 2017. Disponível em: <https://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/50/30>. Acesso em: 10 jan. 2025.

COOK, T. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. *In*: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia.** Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/51586>. Acesso em: 10 jan. 2025.

HEYMANN, L.; NEDEL, L. (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia.** Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

KAPLAN, E. Muitos caminhos para verdades parciais: arquivos, antropologia e o poder da representação. *In*: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia.** Tradução: Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

SEXTON, A.; SHEPHERD, E.; DUFF, W. Relational and person-centred approaches to archival practice and education. **The Journal of Community Informatics**, v. 19, n. 1, p. 3-22, 2023. Disponível em: <https://openjournals.uwaterloo.ca/index.php/JoCI/article/view/5234>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SILVA, F. C. G. Representações sociais acerca das culturas africana e afro-brasileira na educação em biblioteconomia no Brasil. 2019. 510 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019.

SIMÕES, R. L. Legislação e ações visando à diversidade étnico-racial no ensino superior: estudo comparativo dos PDIS de IES públicas e comunitárias gaúchas. **REVES-Revista Relações Sociais**, v. 3, n. 3, p. 0024-0037, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/9431>. Acesso em: 27 jun. 2025.

VALERIO, E. D. *et al.* Desenvolvimento de competência em informação antirracista: perspectivas e desafios entre estudantes de Biblioteconomia e Gestão da Informação no Nordeste. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, v. 9, 2025. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/345111>. Acesso em: 30 abr. 2026.